

A. I. N° - 281508.0255/04-3
AUTUADO - PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S/A
AUTUANTE - DILSON OLIVEIRA DE ARAÚJO
ORIGEM - IFMT-DAT/NORTE
INTERNET - 20.04.05

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0099-02/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO NA FRONTEIRA. De acordo com a Portaria nº 114/2004, é devido pelo adquirente da mercadoria, o pagamento do imposto por antecipação na entrada, no território deste Estado, no posto de fronteira ou na primeira repartição fiscal do percurso das mercadorias. Infração reconhecida, com a redução do débito por erro na determinação da base de cálculo. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, em lide, foi lavrado em 06/12/2004, para exigência do valor de R\$ 8.883,11, em razão da falta de recolhimento do ICMS referente a antecipação parcial, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso das mercadorias relacionadas nas Notas Fiscais nº 321855 a 321858, adquiridas de outra unidade da Federação, pelo contribuinte supra que se encontrava no momento da autuação descredenciado para pagamento na entrada no estabelecimento, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos às fls. 05 e 06.

Na defesa fiscal às fls. 20 a 25, o autuado alega que deixou de efetuar a antecipação parcial do imposto relativo às notas fiscais apreendidas em virtude do seu descredenciamento para proceder o recolhimento do imposto nas aquisições interestaduais até o dia 25 do mês subsequente.

Justificando que o descredenciamento decorreu do fato da inscrição em dívida ativa do débito objeto do Auto de Infração nº 281078.0001/04-3, no dia 29/11/2004, porém, alega que em momento algum tomou ciência da referida inscrição, pois o sistema de processamento de dados da SEFAZ, automaticamente o descredenciou no momento da inscrição do débito em dívida ativa.

Feita estas considerações, o defendente analisando o mérito da autuação, alegou que houve erro no cálculo do débito, em razão do autuante ao elaborar o Demonstrativo de Débito constante à fl. 03 ter aplicado indevidamente a MVA de 23% sobre os produtos lingüiça mista defumada e lingüiça mista defumada tropeiro, em desacordo com o que determina o artigo 352-A e o artigo 61, do RICMS/97.

Por conta disso, o autuado fez a demonstração que entende como correta, resultando no débito no valor de R\$ 7.372,07, que acrescido da multa no valor de R\$ 4.423,24 e dos juros no valor de R\$ 73,72, totaliza a cifra de R\$ 11.869,03, que a reconhece como devida, tendo comprovado o devido recolhimento desta importância conforme DAE à fl. 50.

O preposto fiscal em sua informação fiscal à fl. 56, destaca que não há contestação ao mérito da ação fiscal, e que realmente houve equívoco de sua parte no cálculo da exigência fiscal,

reconhecendo como correta a base de cálculo apontada na defesa à fl. 24 do PAF e o valor declarado pelo contribuinte.

VOTO

Na análise das peças processuais, verifica-se que a exigência fiscal é concernente a antecipação parcial do imposto referente às mercadorias constantes nas Notas Fiscais nº 321855 a 321858, relativas a aquisição de outra unidade da Federação, pelo contribuinte supra que se encontrava no momento da autuação descredenciado para pagamento do imposto na entrada no estabelecimento, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos às fls. 05 e 06.

Mesmo dizendo que somente teve ciência do descredenciamento no momento da ação fiscal, o autuado não discute sua obrigação em proceder a antecipação parcial do imposto sobre as mercadorias objeto da autuação, na forma prevista no artigo 352-A combinado como artigo 125, II, “f” do RICMS/97.

Contudo, considerando que restou evidenciado que realmente houve erro no cálculo do débito, pois o autuante reconheceu que agregou indevidamente ao valor da operação a MVA de 23% para os produtos lingüiça mista defumada tropeiro e lingüiça mista defumada, conforme demonstrativo à fl. 03, haja vista que não existe previsão no artigo 61, IX, do RICMS/97 para tal agregação, assiste razão ao autuado, cuja exigência fiscal deve ser modificada para o valor de R\$ 7.372,07, conforme demonstrativo a seguir.

N.FISCAL	VALOR	ALIQ.(%)	IMPOSTO	C.FISCAL	ANTEC.PARCIAL
321855	2.339,78	17	397,76	163,78	233,98
321856	2.339,78	17	397,76	163,78	233,98
321857	2.339,78	17	397,76	163,78	233,98
321858	66.701,23	17	11.339,21	4.669,09	6.670,12
TOTAIS	73.720,57		12.532,50	5.160,43	7.372,07

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração no valor de R\$ 7.372,07, devendo ser homologado o valor recolhido conforme DAE à fl. 50.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **281508.0255/04-3**, lavrado contra **PERDIGÃO AGROINDUSTRIAL S/A**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 7.372,07**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, homologando-se o valor recolhido conforme DAE à fl. 50.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de abril de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA